

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelaja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 1.000 exemplares

Nº 994

PCS: acordo ainda não foi fechado, mas pressão política pode garantir reajuste

Na primeira reunião com a Fenajufe após mais de vinte dias do final das eleições de outubro, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, disse que o acordo com o governo federal ainda não foi fechado para a votação do PL 6613/09, o PCS. Segundo a Federação, o Supremo mantém contato com os representantes do Executivo e aguarda resposta da Presidência da República a respeito do PCS.

Na rápida conversa, o ministro se limitou a dizer que espera fechar um acordo com o Palácio do Planalto até o dia 5 ou 6 de dezembro, quando poderá ser votado o parecer da proposta de Lei Orçamentária Anual de 2011 na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, caso não haja alteração no calendário. Isso porque é fundamental que até esse dia os recursos necessários à implementação do PCS sejam incluídos na proposta.

Os coordenadores da Fenajufe informaram ao ministro a insatisfação da categoria com a demora nas negociações entre os dois Poderes e também explicaram a preocupação com as declarações de setores do Executivo, aos jornais da grande imprensa, de que a orientação do próximo governo é conter gastos e não conceder reajuste para o funcionalismo público. Em resposta a esses argumentos, Peluso falou que esse não é o foco central e que o Supremo pretende resolver a situação até o dia 6 de dezembro. No entanto, ao ser questionado sobre a possibilidade de haver uma reunião com o presidente Lula, o ministro respondeu que mantém as conversas com o governo, mas que o acordo necessariamente não precisa ser resolvido em uma audiência com o presidente da República.

Sem mencionar números, o presidente do STF disse à Fenajufe que, segundo o relator da proposta da LOA, senador Gim Argello (PTB-DF), já há um valor reservado para iniciar o pagamento do Plano de Cargos e Salários em 2011, caso seja fechado um acordo.

Há recurso e prazo

O assessor parlamentar Antônio Augusto Queiroz esteve na Federação logo após a reunião com o ministro Cezar Peluso para conversar com os coordenadores da Fenajufe e com representantes de alguns estados que estão em Brasília. O assessor explicou que há espaço para reservar recurso e criar a rubrica no Orçamento de 2011 enquanto não houver a votação conclusiva do parecer na Comissão Mista de Orçamento.

De acordo com ele, o calendário previsto para a votação do parecer conclusivo da proposta da LOA é até 5 de dezembro, mas se houver mudanças continua havendo a possibilidade para trabalhar em busca do acordo. "É importante ficar claro que temos duas frentes. A primeira é garantir, na LOA, os recursos para implementar, a partir de 2011, a primeira parcela do PCS. E a segunda é assegurar, de forma explícita no PL 6613/09, a previsão de que os orçamentos dos anos seguintes reservarão recursos para a implementação das outras parcelas dos planos", disse Queiróz. *Da Fenajufe*

Os próximos dias serão decisivos para assegurarmos nosso reajuste salarial. Use o adesivo da luta e venha para Ato de quarta, também em solidariedade aos colegas que tiveram desconto em seus salários.

O Sintrajud (SP) noticiou que o Pleno do TRT2 determinou a devolução imediata dos valores descontados dos servidores no mês de agosto. Será feita folha suplementar para pagar os grevistas. Veja o texto completo no site do SINTRAJUSC.

Ato quarta, 01/12, das 15 às 16h, no TRT

Greve na Magistratura

Apoiamos o Direito Constitucional de Greve de todas as categorias e esperamos que os magistrados grevistas não tenham o mesmo tratamento que tivemos

A mídia noticiou semana passada, a partir de declarações do presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, que os magistrados federais não descartam a realização de Greve caso não seja aprovado o reajuste de 14,79% no subsídio, conforme noticia o site da Ajufe.

Isso nos leva a uma série de questionamentos:

- As liminares concedidas pelo STJ proibindo que 80% dos servidores façam Greve serão parâmetro para a Greve da magistratura?
- Os magistrados terão desconto dos dias parados?
- Em caso de desconto dos dias de Greve, a presidência do TRT12 insistirá em descontar o total dos valores e não os 10%, como manda a Lei?
- As liminares concedidas para evitar o desconto total serão cumpridas integralmente e imediatamente ou levarão dez dias para serem cumpridas?
- A Presidência mandará descontar o vale alimentação

dos magistrados grevistas que fizerem acordo de compensação?

- Será que os magistrados serão penalizados ao lutarem por seus direitos?
- Qual a situação, perante a cúpula do Judiciário, do segmento da magistratura que combateu fielmente o nosso Direito de Greve, quebrando uma relação histórica de harmonia entre servidores e magistrados?
- A Anamatra e a Ajufe (Frentas) terão direito a uma negociação digna, célere e justa perante o STJ, sem protelamento, liminares e ataques desgastantes entre administração e grevistas?
- O ministro Peluso será incisivo perante o Executivo na cobrança de uma solução em caso de impasse?
- E, finalmente, como ficará o clima de trabalho entre magistrados e servidores que estiveram em lados opostos diante de mais este capítulo da história recente do Judiciário Federal?

JT - Execução da Gratificação Judiciária

TRT fixa prazo para concluir levantamento das diferenças

Em reunião na quinta-feira, dia 25, no Gabinete da Presidência, o TRT12 reafirmou seu compromisso de elaborar os cálculos da Gratificação Judiciária de todos os servidores e informou ao SINTRAJUSC que trabalha para concluir o levantamento das diferenças em setembro de 2011. Segundo a Administração, será necessário o envolvimento de vários setores do Tribunal, além do Setor de Pagamento. Também a Informática e o Recursos Humanos terão que entrar no esforço conjunto para levantar e organizar todos os dados necessários para elaborar a conta de forma segura.

Na reunião o TRT também esclareceu que, para efetuar a conta, será preciso alterar vários pontos do sistema de Pagamento e do Recursos Humanos, antecipando etapas do programa de unificação da informática do Tribunal. Depois disso, também deverão ser recolhidas informações que ainda não estão informatizadas, como as progressões funcionais, férias, abonos pecuniários e URV. Todos estes dados estão nas pastas funcionais dos servidores e terão de ser trazidos manualmente, um a um. Ainda lembrou que esses mesmos setores já estão envolvidos em outros projetos, vários deles definidos como prioridades.

Para o Escritório PITA MACHADO ADVOGADOS, da Assessoria Jurídica do Sindicato, diante da complexidade da situação e dos argumentos levantados, o tempo parece se justificar. "O prazo realmente não é o ideal, mas as justificativas são bem claras. Um escritório de contabilidade certamente consumiria alguns meses, entre elaboração, conferência e ajustes, para disponibilizar a conta de todos os substituídos", assinala o advogado Pedro Pita Machado,

presente à reunião. "O essencial, porém, é que para fazer a conta, qualquer perito precisaria dispor da base de dados do Tribunal. Como essa base não está disponível, não haveria o que calcular, ou pelo menos não haveria como calcular corretamente as diferenças", conclui Pita.

Pelo Tribunal, o Vice-Presidente do TRT, Juiz Gerson Taboada, reiterou a disposição já manifestada pelo Presidente Gilmar Cavalieri, de fornecer a conta, a fim de facilitar a execução dos créditos dos servidores. As opiniões dos presentes foram unânimes sobre a importância de os cálculos serem feitos de modo seguro e uniforme para todos os servidores, o que sempre permite que a execução corra de modo mais tranquilo.

Estiveram presentes à reunião também a Coordenadora Geral do Sintrajusc Adriana Ramos, o advogado Guilherme Pacheco Monteiro, do Escritório Pita Machado, e o bacharel Fernando Blasi, do corpo funcional do Sindicato, além de representantes dos vários setores técnicos do Tribunal, mais a Direção Geral e a Secretaria da Presidência. *Fonte: PITA MACHADO ADVOGADOS*

Estão na página do Sindicato as procurações para os pensionistas e sucessores/herdeiros, filiados ou não, que queiram ou não contratar perito. Cada um desses casos têm uma procuração específica. Leia com atenção as procurações porque, nesses casos acima citados, é preciso apresentar documentos para a Execução. Todos os documentos estão relacionados na página.